

**FACULDADE DE ILHÉUS / CESUPI
ADAILSON HENRIQUE MIRANDA DE OLIVEIRA**

**POR UMA PSICOTERAPIA CÍNICA: REFLEXÕES ACERCA DO
CINISMO COMO RECURSO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA**

**ILHEÚS-BAHIA
2024.1**

ADAILSON HENRIQUE MIRANDA DE OLIVEIRA

**POR UMA PSICOTERAPIA CÍNICA: REFLEXÕES ACERCA DO
CINISMO COMO RECURSO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA**

Artigo apresentado no curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Ilhéus / CESUPI, como requisito parcial para a aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC-II).

Prof. Me. Lahiri Lourenço Argollo.

**ILHEÚS-BAHIA
2024.1**

**POR UMA PSICOTERAPIA CÍNICA: REFLEXÕES SOBRE O CINISMO COMO
RECURSO DISCURSIVO-DIALÓGICO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA**

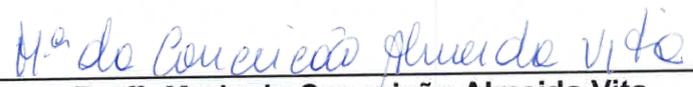
ADAILSON HENRIQUE MIRANDA DE OLIVEIRA

Aprovado em: 12/06/2024

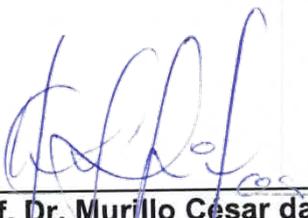
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Lahiri Lourenço Argollo
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Orientador)



Prof.ª. Maria da Conceição Almeida Vita
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Examinadora I)



Prof. Dr. Murillo Cesar da Silva Silva
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Examinador II)

POR UMA PSICOTERAPIA CÍNICA: REFLEXÕES ACERCA DO CINISMO COMO RECURSO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA

Adailson Henrique Miranda de Oliveira*
Lahiri Lourenço Argollo**

RESUMO

Na Psicologia Clínica, o uso dos recursos dialéticos e retóricos constitui necessidade inegável nos procedimentos psicoterapêuticos. Partindo dessa evidência, a presente produção científica se dedica a elucidar a seguinte questão-problema: qual o potencial de utilização da dialética e da retórica cínicas como recursos psicoterapêuticos? Para tanto, objetiva-se investigar os atributos dialéticos e retóricos do Cinismo, identificando e categorizando seus requisitos teórico-práticos, de modo a definir sua potencialidade psicoterapêutica. Do ponto de vista metodológico, esse texto decorre de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e de viés analítico hipotético-dedutivo, tendo como categorias de análise, atributos das intervenções verbais, não-verbais e paraverbais nos contextos da psicoterapia. Referendado em uma bibliografia que versa sobre tais mecanismos interventivos, bem como sobre a dialética e a retórica cínicas, esse artigo se destaca por contribuir com as discussões a respeito da concepção e do incremento de novos recursos interventivos no âmbito da clínica psicológica.

Palavras-chave: psicoterapia; intervenções; dialética cínica; retórica cínica.

* Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus (CESUPI), graduado em Filosofia, mestre em Cultura, pós-graduado em Filosofia Contemporânea; em Leitura e Produção de Textos; em Psicopedagogia Clínica; em Educação, Bem-Estar e Felicidade; e em Gestão e Práticas Docentes no Ensino Superior. E-mail: 0609944202113@faculdadedeilheus.com.br

** Docente e coordenador do curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus (CESUPI), graduado em Direito e em Psicologia, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Administrativo, mestre em Inovação Tecnológica (PROFNIT/UESC), doutorando em Direito (DINTET/UESC-UFSC). E-mail: Psicologia@faculdadedeilheus.com.br.

SUMÁRIO

RESUMO	3
1 INTRODUÇÃO	4
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	6
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3.1 Linguagem nas práxis psicoterapêuticas	9
3.1.1 Mediadores discursivo-dialógicos nas psicoterapias.....	11
3.1.2 Intervenções verbais, não-verbais e paraverbais na psicoterapia.....	11
3.2 Caracterização da dialética e retórica cínicas	13
3.2.1 Atributos e categorias da <i>chria</i> cínica.....	14
3.2.2 <i>Parrésia, autárkeia, atyphos</i> e <i>áskesis</i> na <i>chria</i> cínica.....	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Como código utilizado para constituir a comunicação, a linguagem consiste em um sistema de signos e de símbolos utilizados por um indivíduo ao expressar ideias, emoções, sentimentos, prazeres, insatisfações e desejos. Para além dessa atividade, na Psicologia, esse recurso não representa mero instrumento de expressão, mas um aparelho ativo que molda o pensamento de forma pontual, singular e específica. É por intermédio das linguagens que o ser humano pensa, lembra, abstrai, intui, julga, prevê, planeja, idealiza e organiza experiências (Vygotsky, 2000).

É a linguagem que permite a todos os seres humanos elaborar o conhecimento que possuem ou pensam possuir acerca de si mesmos e do mundo. De acordo com Vygotsky (2000), cabe admitir a inviabilidade do pensamento que, ao ser formulado, não passe pela linguagem, ao ponto de não se conceber o ato de pensar desprovido de sua formalização linguística. Assim, faz-se plausível atestar que a própria atividade pensante corresponde a uma expressividade linguística; sobretudo, porque é ela que atribui forma ao conteúdo do pensamento.

Frente a sua complexidade e relevância, a linguagem tem sido objeto de estudo em diferentes abordagens psicológicas. Segundo Bakhtin (2011), como instrumentos de comunicação, as linguagens podem ser entendidas como os elos finais da cadeia de processos psíquicos que se iniciam na percepção e que culminam na expressão de determinado conteúdo. Por isso, tendo em vista que o pensamento se materializa nas linguagens e que estas exercem um relevante papel de significação e interação, o pensar, o pensado e a sua expressão são instâncias mutuamente conectadas por intermédio do discurso e do diálogo¹.

Na psicoterapia, essa conexão fica evidenciada nas denominadas intervenções verbais, não-verbais e paraverbais, conforme definido por Fiorini (2013). Em linhas gerais, pode-se afirmar que tais práticas interventivas estão intimamente atreladas ao emprego criterioso, sistemático, oportuno e direcionado de expedientes dialéticos e, por conseguinte, retóricos² na psicoterapia. Isto posto, não se pode negar o valor dos

¹ Segundo Bakhtin (2011), enquanto o discurso consiste na ação comunicativa que abarca quem fala, para quem se fala e sobre o que se fala, a partir de um contexto; o diálogo remete à interação entre enunciações e escutas dos discursos de sujeitos inseridos e presentes em certo contexto.

² Resumidamente, de acordo com Jørgensen (2021, p. 127), “a retórica refere-se a argumentos em discursos, a dialética diz respeito a argumentos em conversações [...]”.

instrumentos de mediação, como táticas inerentes e imprescindíveis à obtenção de êxito nos encaminhamentos psicoterapêuticos. Nesse bojo, ratifica-se o papel do/a psicoterapeuta na promoção, em contextos distintos, do exercício crítico-reflexivo sobre a forma como determinadas perspectivas são concebidas, percebidas, intuídas, pensadas, avaliadas, sustentadas e rechaçadas pelo/a cliente³.

Diante disso, entende-se que, como métodos destinados a fomentar atividades de crítica e reflexão, a dialética e a retórica cínicas se destacam na tradição filosófica por preconizarem as bases teórico-práticas de discursos que se caracterizam por uma espécie de “seriedade-espirituosa” pautada em quatro preceitos básicos: franqueza, autonomia, lucidez e exercício constante (Carneiro, 2021). Genuinamente concebidos pelos precursores do Cinismo filosófico, os expedientes dialéticos e retóricos cínicos tiveram o seu alicerce metodológico elaborado por diferentes filósofos, dentre os quais cabe ressaltar o fundador da Escola Cínica, Antístenes de Atenas (Grécia, 445-365 a.C.); o seu maior expoente, Diógenes de Sinope (Grécia, 412-323 a.C.); e um dos seus autores mais proeminentes, Menipo de Gadara (Roma, 349-250 a.C.).

A partir das contribuições desses pensadores, o Cinismo foi desenvolvido por meio de atributos teóricos específicos, mas sem perder de vista as suas implicações práticas. Ademais, conforme defendido por Carneiro (2021), do ponto de vista teórico-prático, pode-se atestar que o diálogo e o discurso cínicos se dedicam à incitação da reflexão-crítica sobre a intuição e apreensão da realidade. Tendo em vista tal atributo peculiar, o presente artigo apresenta uma discussão a respeito da seguinte questão-problema: qual é o potencial de uso da dialética e da retórica cínicas como recursos psicoterapêuticos? Noutros termos, inquire-se: a preleção cínica dispõe de requisitos metodológicos capazes de caracterizá-la como estratégia potencialmente pertinente às práxis psicoterapêuticas?

Com o firme propósito de elaborar e apresentar respostas a essas indagações, objetiva-se, em âmbito geral, investigar os pressupostos teórico-práticos da retórica e da dialética cínicas, de modo a inferir sua potencialidade como recursos interventivos na psicoterapia. Em específico, pretende-se: a) caracterizar as intervenções verbais, não-verbais e paraverbais, como procedimentos psicoterapêuticos; b) identificar os atributos e as categorias substanciais da dialética e da retórica cínicas; e c) delinear

³ Nesse artigo, a utilização do termo “cliente” remete à ideia de um/a paciente, casal, família ou a quaisquer outros indivíduos e/ou grupos de pessoas envolvidos/as em processo psicoterapêutico.

as estratégias que orientam e modulam o diálogo e o discurso cínicos, com vistas a demarcar a sua suposta potencialidade psicoterapêutica.

Dito isso, incumbe enfatizar que a presente produção científica se justifica ao contribuir com o debate sobre os aspectos teórico-práticos da Psicologia; em especial, da clínica psicológica, enaltecendo-se duas frentes peculiares, a saber. Em primeiro plano, no espectro acadêmico, ao contribuir com a expansão das discussões a respeito dos recursos discursivos e dialógicos no campo da psicoterapia. Ademais, no âmbito profissional, ao propor inferências acerca dos possíveis usos da retórica e da dialética clínica, como procedimentos clínicos alternativos em distintos contextos. Neste prisma, valida-se a relevância desse estudo, em especial, por estar inserido no universo das proposições destinadas a pesquisar, atualizar e ampliar as estratégias de intervenção psicoterapêuticas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, o presente artigo científico se caracteriza como resultado de uma pesquisa de cunho qualitativo. Conforme defende Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se caracteriza como aquela se destina ao estudo de realidades, de teorias ou de fenômenos que não podem ser quantificados ou que não se deseja quantificar, abordando um universo de significados, motivações, crenças, aspirações, valores e atitudes em seu entorno. Por isso, ao invés de recorrer a procedimentos estatísticos ou se valer de regras para produzir generalizações, essa modalidade de investigação se destina à descrição, comparação e interpretação.

Por outro turno, essa produção se configura como o resultado de uma pesquisa de natureza bibliográfica, também denominada de “revisão de literatura”. Segundo Gil (2008), esse viés metodológico visa a uma compreensão analítica, pontual e ampliada sobre determinado objeto de estudo, a partir de dados e de perspectivas distintas, coletadas em materiais bibliográficos publicados por diferentes autores/as e fontes. Para tanto, como procedimentos de pesquisa, essa modalidade investigativa procura levantar, descrever e analisar o teor de publicações científicas que são selecionadas, criteriosamente, em determinada área do conhecimento.

Como procedimento de amostragem, esse artigo avaliza a representatividade da sua amostra como um indicador da qualidade, da profundidade e da confiabilidade

dos resultados que aqui serão apresentados. Assim, optou-se pela realização de um levantamento bibliográfico em duas etapas distintas junto às quatro principais bases de dados em língua portuguesa (Lilacs, Pepsic, Scielo e Periódicos Capes), filtrando os resultados a partir da seleção das seguintes áreas temáticas: Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Psicologia. Na primeira etapa, foi efetivada uma busca a partir das expressões “técnicas psicoterapêuticas” e, em seguida, para proceder a segunda etapa do levantamento, foram utilizados os termos “dialética cínica”.

Como resultado do levantamento inicial, pode-se constatar 46 (quarenta e seis) produções científicas. Deste total, 42 (quarenta e dois) textos abordavam focalmente assuntos relacionados à utilização das técnicas psicoterapêuticas, a partir de ênfases definidas, a saber: públicos diferenciados (6); demandas específicas (29) e distintas abordagens teóricas da Psicologia (7). Por fim, vale destacar que apenas 4 (quatro) artigos se destinam a discutir recursos técnicos inerentes ao âmbito das psicoterapias, com foco em sua concepção metodológica.

No segundo levantamento, por sua vez, chegou-se ao total de 5 (cinco) textos com tematização centrada em questões inerentes às contribuições e aos reflexos do Cinismo, como escola filosófica. Destes artigos, 4 (quatro) se dedicavam a abordar o Cinismo no bojo de temas pontuais: a questão ambiental (1); a conjuntura sociocultural (1); o contexto educacional (1); e os procedimentos de leitura (1). Por fim, do referido total, apenas 1 (um) texto procurava discutir as questões relacionadas às proposições metodológicas cínicas, procedendo uma análise retórica a respeito do discurso cínico na contemporaneidade.

Com esse direcionamento, arrolaram-se quatro publicações que constituem o substrato referencial dessa produção e que tiveram, como critério de inclusão, a proeminência das discussões levantadas tanto sobre intervenções psicoterapêuticas verbais, não-verbais e paraverbais, quanto a respeito dos predicados substanciais da dialética cínica. Isto posto, faz-se relevante ressaltar, inicialmente, a seleção de três obras: “Teoria e técnica de psicoterapias”, de Fiorini (2013); “De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica”; e “Subjetividade: teoria, epistemologia e método”, de Rey & Martínez (2017).

Além dessas referências iniciais, também vale mencionar três textos centrais “Crítica da razão cínica”, escrita por Sloterdijk (2012), “Os cínicos: o movimento cínico na antiguidade e o seu legado”, organizada por Goulet-Cazé & Branham, e a tese de

doutorado do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, intitulada “Dialética cínica: ou, como escrever uma história do cinismo?”, sob a autoria de Carneiro (2021). Essas produções se destacam pela forma categórica e detalhada pela qual discorrem sobre os princípios constitucionais do Cinismo e, por conseguinte, da retórica e da dialética cínicas. Ou seja, se inscrevem no universo das produções que procuram delinear as bases teórico-práticas originárias dos estilos de vida, dos discursos e dos diálogos cínicos.

Acerca do referencial que alicerça o presente artigo, importa enfatizar, ainda, a notada necessidade de se assegurar um suporte bibliográfico confiável para o devido levantamento de aspectos biográficos relevantes dos pensadores que conceberam as estratégias discursivo-dialógicas do Cinismo. Partindo desse intento e tendo em vista o fato de se dedicarem à caracterização da dialética cínica, foram consideradas duas obras principais: “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, escrita por Laércio (2008), e “Os cínicos: o movimento cínico na antiguidade e o seu legado”, organizada pelos pesquisadores Goulet-Cazé & Branham (2007).

Por fim, quanto à abordagem dos dados bibliográficos coletados, proceder-se-á uma análise hipotético-dedutiva que, conforme define Minayo (2014), parte de uma problemática ou lacuna observada no conhecimento científico, para formular e propor hipóteses que são testadas por meio de um processo inferencial-dedutivo. Com base nesse parâmetro, esse artigo analisará os recursos constitutivos da dialética cínica, na condição de táticas discursivo e/ou dialógicas potencialmente pertinentes às práxis interventivas no âmbito das psicoterapias. Assim, como categorias de análise, serão consideradas as intervenções psicoterapêuticas inventariadas por Fiorini (2013), tanto de natureza verbal quanto não-verbal e paraverbal.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entende-se que, entre as funções do/a psicólogo/a, a de escutar é imperativa. Entretanto, por meio do engajamento recíproco, o diálogo também assume um papel substancial quando orientado por um saber teórico-prático. Portanto, conversar com seu/sua cliente também deve ser compreendida como uma premissa fundamental das práxis psicoterapêuticas. Por isso, na clínica psicológica, além de figurar como fator decisivo para a constituição de uma relação terapêutica eficaz entre psicólogos/as e

clientes, a utilização dos mecanismos verbais e não-verbais também constitui recurso imprescindível aos encaminhamentos psicoterapêuticos (Medeiros, 2003).

Nesse viés, de acordo com Ribeiro (2013), compete salientar que, em variados contextos clínicos e distintas abordagens psicológicas, a comunicação atua de forma crucial na necessária promoção das escutas, na coleta de informações relevantes, na garantia de bem-estar do/a cliente e, sobretudo, na elaboração de artifícios de caráter interventivo. Por conta disso, além de ser incontestável a centralidade das estratégias discursivo-dialógicas nos procedimentos psicoterapêuticos, também são inegáveis as relevantes contribuições da dialética para a concepção e o incremento de mecanismos capazes de tornar mais criterioso, oportuno e eficiente o emprego da linguagem para proceder intervenções no âmbito das psicoterapias.

3.1 Linguagem nas práxis psicoterapêuticas

De acordo com Vygotsky (2000), as práticas discursivo-dialógicas instauram a relação com o sentido e promovem a interação das múltiplas vozes que constituem e atravessam todo processo comunicacional. Nesse viés, entende-se que, por meio das linguagens verbais ou não-verbais, as pessoas são municiadas para a expressão ou a manifestação de queixas e demandas psicoemocionais, ratificando a perspectiva de que, nas práticas psicoterapêuticas, não se deve perder de vista a necessidade de cautela e critério tanto para se conceber quanto para se empregar diferentes recursos da linguagem. A respeito dessa assertiva, vale considerar fatores decisivos para o sucesso da intersecção dialógicas entre discursos.

A confiança na palavra do outro, a aceitação reverente, o aprendizado, as buscas e a obrigação do sentido abissal, a concordância, as suas eternas fronteiras e matrizes sobreposições do sentido sobre sentido, da voz sobre a voz, intensificação pela fusão combinação de muitas vozes, a compreensão que completa, a saída para além do compreensível [...]. (Bakhtin, 2011, p. 327).

Nessa discussão, faz-se importante enfatizar que, no âmbito da Psicologia, os discursos e diálogos – como instrumentos interventivos – devem ser compreendidos sempre a partir de perspectivas multifacetadas. Por certo, conforme atestam Rey & Martínez (2017), tal compreensão contempla as intervenções não apenas a partir dos

recursos verbais, mas também aquelas que recorrem a mecanismos de caráter não-verbal e/ou paraverbais, o que tende a incluir, por exemplo, os gestos, as expressões faciais, a postura corporal, o tom de voz, o ritmo da fala, a estilística dos discursos, a natureza do diálogo etc. Todos esses fatores, por certo, podem auxiliar no processo de fomento para que o/a cliente se engaje ao desvelamento de emoções, sensações, sentimentos e atitudes por parte do/a cliente.

Mais do que servir como ferramenta de avaliação, a linguagem desempenha papel crucial na edificação de elos entre cliente e psicólogo/a, pois é através dela que se pode qualificar essa relação que figura como um preditor significativo do êxito da psicoterapia. Nesses termos, entende-se que o diálogo eficaz, além de se caracterizar pela empatia, pelo respeito e pela escuta ativa, deve ser concebido de forma criteriosa e sistemática, sempre alicerçado em demandas e objetivos demarcados. Esses são, sem dúvida, requisitos essenciais à promoção de um ambiente confiável e capaz de viabilizar as condições necessárias para que o/a cliente possa se expressar de modo oportuno, seguro e confortável (Rey; Martínez, 2017).

Ainda nessa linha de raciocínio, sabe-se que as relações dialógicas contribuem para o desenvolvimento subjetivo do indivíduo, pois implicam engajamento. Tais elos podem se desencadear, por exemplo, a partir de expressões que demonstrem valor, interesse e participação, bem como por meio de sentenças aptas a explicitar tensões, contradições e rupturas. Segundo Rey & Martínez (2017), em ambas as hipóteses, os recursos discursivo-dialógicos – quando criteriosamente concebidos e pontualmente utilizados – podem propiciar condições psicoterapêuticas imprescindíveis para que o/a cliente disponha de meios para evidenciar diferentes possibilidades de ser em suas próprias vivências.

Na psicoterapia, por meio do discurso e do diálogo criteriosamente concebidos e efetivados, o/a cliente pode explorar suas queixas e demandas de maneira íntegra e sem julgamentos. É por meio dos recursos discursivo-dialógicos que o/a psicólogo/a pode auxiliar seus/suas clientes no processo de identificação ou de (re)conhecimento das próprias dificuldades, na concepção de possíveis estratégias de enfrentamento e no fomento das mudanças que deseja ou necessita instaurar. Para tanto, tais recursos devem estar aptos a promover a reflexão, a crítica e o autoconhecimento de questões subjacentes que, de certo modo e em certa medida, tendem a corroborar para o que se entende como “sofrimento psicológico” (Fiorini, 2013).

3.1.1 Mediadores discursivo-dialógicos nas psicoterapias

Nas práticas psicoterapêuticas, a utilização oportuna de mediadores discursivo-dialógicos se estende e aos mais variados direcionamentos psicoterapêuticos. No entanto, é preciso ter em vista o fato de que, embora todas as psicoterapias recorram à linguagem em seus procedimentos, cada uma das abordagens psicológicas dispõe de um conjunto muito específico de estratégias que orientam, demarcam e distinguem os seus processos de interação.

No *setting* ou ambiente psicoterapêutico, o emprego de mediadores discursivos e/ou dialógicos pode consistir em uma possibilidade ou uma necessidade. Em muitos casos, ainda que deseje prover comunicação espontânea com o/a psicoterapeuta, o/a cliente pode enfrentar alguma dificuldade em efetivá-la e, nesse contexto, os recursos discursivos e dialógicos podem atuar como uma espécie de convite à fala. De acordo com Medeiros (2003), intercessores discursivo-dialógicos são táticas empregadas no contexto psicoterapêutico com o fito de facilitar as dinâmicas de interação entre cliente e terapeuta, de modo a propiciar os mais diferentes direcionamentos relacionais e as mais distintas materialidades desse encontro.

Em suma, nas mais distintas abordagens, faz-se necessário reconhecer que “a psicoterapia é um processo centrado na relação que, por sua vez, supõe processos de comunicação, em variados níveis, entre, no mínimo, duas pessoas” (Ribeiro, 2013, p. 80). Assim, operando a partir da interação entre cliente e terapeuta, suas realidades interior e exterior, seus repertórios existenciais e suas experiências, as intervenções verbais, não-verbais e paraverbais assumem um papel muito relevante nas dinâmicas psicoterapêuticas, por incluírem inquirições, retomadas, retificações, esclarecimentos, recapitulações, sínteses, sinalizações etc.

3.1.2 Intervenções verbais, não-verbais e paraverbais na psicoterapia

Ao elaborar uma teoria das técnicas psicoterapêuticas destinadas a proceder intervenções verbais, não-verbais e paraverbais, Fiorini (2013) procura delinear uma conceituação de ferramentas intimamente atreladas à concepção de todo o processo. Com esse intuito, traça um debate teórico sobre os alicerces e as fronteiras de cada recurso técnico, com vistas a elucidar o significado da sua utilização, ressaltando todo

o seu poder como um mecanismo incitador de mudanças. Nessa perspectiva, recorre a sua ampla experiência clínica no âmbito das psicoterapias, de modo a relacioná-la a uma série de contribuições teórico-práticas no campo das interações comunicativas, no espectro dos conceitos provenientes da pedagogia e da psiquiatria social.

De acordo com Fiorini (2013), para se conceber um inventário das intervenções psicoterapêuticas, estas precisam ser compreendidas como ferramentas que incluem necessariamente procedimentos em categorias muito particulares, a saber. De início, podem ser utilizadas pelo/a terapeuta para indagar o/a cliente, solicitando que ele/ela apresente informações minuciosas, ampliações e esclarecimentos a respeito dos seus relatos. Além disso, também podem ser empregadas pelo/a psicólogo/a com o objetivo de oferecer informações pontuais e necessárias, bem como com o intuito de ratificar ou retificar certas noções apresentadas e/ou defendidas pelo/a cliente.

Com o escopo de fazer com que algumas relações ou alguns conteúdos sejam destacados ou assumam um lugar de maior relevância, esse tipo de intervenção pode ser empregado para elucidar ou reformular determinado relato realizado pelo/a cliente durante a psicoterapia. Por outro turno, também podem servir para se recapitular ou resumir pontos essenciais surgidos durante os processos exploratórios inerentes tanto a cada sessão quanto ao conjunto das sessões psicoterapêuticas. Ademais, é preciso considerar que estes recursos interventivos são úteis para sinalizar possíveis relações entre certas informações, sequências de dados, constelações significativas, algumas habilidades manifestas ou latentes do/a cliente.

Essas intervenções se destinam, ainda, à execução de outros procedimentos. Prover incrementos ligados à devida orientação do/a cliente. Interpretar o sentido dos comportamentos, sinalizando as motivações e as finalidades latentes; sobretudo, dos conflituosos. Sugerir atitudes que incitem mudanças relevantes, mas sempre a título de experiência. Assinalar, de maneira específica e prescritiva, a realização de certas ações ou de determinados comportamentos. Atribuir algum ajuste novo e necessário para alguma tarefa. Apresentar um comentário elucidativo sobre o sentido ou objetivo de o/a terapeuta ter recorrido a uma das intervenções anteriores.

Por fim, vale salientar que, na prática psicoterapêutica, faz-se necessário ter atenção a outras modalidades de intervenção verbal, como os cumprimentos iniciais, os possíveis anúncios de interrupção, de algumas variações ocasionais de horário ou de mudança na duração das sessões etc. Além dessas intervenções, o/a terapeuta

também pode recorrer a práticas interventivas complementares que, em geral, são categorizadas como aquelas de teor não-verbal, a exemplo da postura corporal, das gesticulações, do direcionamento do olhar etc.; e as de natureza paraverbal, como reações e expressões mímicas, modulações na entonação da voz, a intensidade da fala, o ritmo da respiração, bem como os estilos de diálogos que também estilizam os discursos e vice-versa (Fiorini, 2013).

3.2 Caracterização da dialética e retórica cínicas

De acordo com Goulet-Cazé; Branham (2007), apesar do seu incontestável valor para a Filosofia, bem como para as Ciências Humanas e Sociais, o Cinismo teve a sua relevância reconhecida somente a partir do final da década de 1930, constituindo as reflexões de pensadores ilustres, como Jean-Jacques Rousseau (Suíça, 1712-1778), Denis Diderot (França, 1713-1784), Christoph Martin Wieland (Alemanha, 1733-1813) e Friedrich W. Nietzsche (Alemanha, 1844-1900). No bojo dos estudos incrementados na pós-modernidade, toda produção teórico-prática oriunda do movimento cínico tem sido alvo de interesses profícuos e duradouros.

No bojo das denominadas escolas socráticas menores, o Cinismo pode ser entendido como uma das ramificações mais originais e influentes. Nesse espectro, segundo Laércio (2008), os filósofos Antístenes de Atenas (Grécia, 445-365 a.C.), Diógenes de Sinope (Grécia, 412-323 a.C.) e Menipo de Gadara (Roma, 349-250 a.C.) merecem realce por terem concebido as bases da dialética e da retórica cínicas. Por isso, as contribuições desses pensadores necessitam ser abordadas em seu legado extenso, descontínuo e atemporal na produção de uma notável variedade de formas discursivo-dialógicas (Carneiro, 2021).

Ao propor uma reflexão sobre os mediadores discursivo-dialógicos concebidos pelos filósofos cínicos, faz-se necessário pensar o Cinismo a partir da sua proposição dialética (dialógica) a qual também implica – necessariamente – em sua proposição retórica (discursiva), haja vista que todo diálogo se estabelece a partir das interações entre discursos. Desse modo, pautando-se nas ponderações de Laércio (2008), pode-se entender que a apreensão do discurso e diálogo cínicos requer dois procedimentos específicos: primeiro, a identificação dos atributos e categorias constitutivas da *chria* cínica para, em seguida, elucidar a vinculação desse recurso às noções de *parrésia*,

autárkeia, *atyphos* e *áskesis*, como condições que instituem os pré-requisitos teórico-práticos da dialética e retórica cínicas.

3.2.1 Atributos e categorias da *chria* cínica

Em primeiro plano, vale elucidar que, historicamente, o Cinismo foi difundido a partir da *chria*; isto é, por meio de enunciados espirituosos proferidos por pensadores que integravam esta escola filosófica. Nesse sentido, a *chria* cínica pode ser entendida como uma espécie de discurso particularmente jocoso acerca de um fato ou de uma ideia. Tal entendimento é tão pertinente que os recursos discursivo-dialógicos “sério-cômicos” ou “cômico-ajuizados” representam a tática através da qual a dialética cínica foi metodologicamente concebida, figurando como elementos constitutivos da própria Filosofia Cínica (Laércio, 2008).

Apesar de parecer simples, o processo de elaboração da *chria* cínica exige um grande exercício crítico-reflexivo atrelado a uma profunda atenção a dois fatores em particular. Primeiro, deve-se atentar ao propósito de se analisar convicções e atitudes sem sustentação na verdade e, em seguida, é preciso associar forma e conteúdo que, de acordo com Flores-Júnior (2015, p. 24), “se imbricam e se justificam mutuamente”. Ou seja, em uma mesma esteira discursiva, há um corte marcadamente cômico e, ao mesmo tempo, um conteúdo sério. Em razão dessa “seriedade anedotária”, a dialética cínica apresenta um grande poder de expressão.

Estruturalmente, a *chria*, como “máxima útil”, encontra-se categorizada em três grupos distintos. Tais categorias se referem às formas pelas quais a *chria* cínica pode ser efetivada: a verbal, a pantomímica ou a híbrida. De acordo com Laércio (2008), na modalidade verbal, procura-se utilizar, preponderantemente, uma linguagem oral, de viés pedagógico, sempre com o objetivo de exortar os indivíduos sobre os predicados da sua existência. Para tanto, os filósofos cínicos exercitam uma dialética performática que está atrelada a um tipo de retórica “sério-cômica”, sendo ambas municiadas por parâmetros técnicos muito específicos.

Sempre atentando às circunstâncias nas quais o diálogo ocorre e os discursos são elaborados, a categoria verbal da *chria* cínica pode ser apreendida a partir de três critérios (Laércio, 2008). Em síntese, enfatiza-se que, para conceber uma *chria*, faz-se necessário: 1º) selecionar tema recorrente, frágil ou carente de sustentação e que

tenha sido levantado, necessariamente, pelo outro sujeito do diálogo, constituindo-se em um elo entre os/as interlocutores/as; 2º) expressar uma questão ou sentença clara, coesa e objetiva; 3) assumir caráter reflexivo ou crítico. Quando possui uma natureza reflexiva, a *chria* pode ser explicativa, destinada a incitar elucidações, ou propositiva, destinada a incitar versões e alternativas. Por outro lado, quando tem uma natureza crítica, a *chria* pode ser constitutiva, focada em fomentar a exposição de fundamentos, ou apologética, dedicada a fomentar a elaboração de justificativas.

No modo pantomímico, a *chria* cínica recorre ao corpo para se constituir; em especial, a expressividade facial, priorizando o uso tênue – quase nulo ou totalmente nulo – dos instrumentos da comunicação verbal. Segundo Sloterdijk (2012), no diálogo e no discurso cínicos, é preciso saber utilizar o corpo para filosofar, haja vista que a prioridade não é comunicar ideias, mas expressar certas ideias inseridas em contextos concretos e imediatos. Assim, nessa categoria de *chria*, a atenção comunicativa não deve estar centrada na transmissão de teorias com definições e princípios universais a respeito da existência, mas na expressão dos modos próprios do existir cotidiano, ostensivo e imperativo.

Na forma híbrida, conforme o próprio nome sugere, a *chria* procura mesclar as expressões orais e as manifestações corpóreas ou fisionômicas (Flores-Júnior, 2015). Desse modo, entendendo a palavra “híbrida” em seu sentido vocabular, o hibridismo aqui referido remete a uma intersecção entre a comunicação verbal e a comunicação pantomímica, abarcando a harmonização dos mesmos predicados dessas condições comunicativas. Por fim, segundo Laércio (2008), importa destacar que, em termos de estruturação, de objetivo e de conteúdo, as três categorias da *chria* cínica devem ser compreendidas a partir de quatro características substanciais.

3.2.2 *Parrésia, autárkeia, atyphos e áskesis* na *chria* cínica

Como primeira característica da *chria* cínica, destaca-se uma preconização por perguntas e sentenças espontâneas, diretas e objetivas. Denominado pelos filósofos gregos como *parrésia*, tal atributo imperativo dos diálogos cínicos pode ser sintetizado como uma fala aberta, franca e verdadeira. Nessa dimensão, “dizer a verdade” difere completamente daqueles discursos que são entendidos como “verdadeiros”; ou seja,

uma produção discursiva da verdade se estabelece no próprio ato pelo qual a verdade se manifesta, pois

[...] no seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui ele mesmo e é constituído pelos outros como sujeito detentor de um discurso de verdade, sob qual forma se apresenta, aos seus próprios olhos e aos dos outros, aquele que diz a verdade, qual é a forma do sujeito de dizer a verdade (Foucault, 2011, p. 4).

Nesses termos, por intermédio do exercício da *parrésia*, ratifica-se o propósito cínico de sempre se pautar tão somente no que está posto pelos sujeitos engajados nas interlocuções da dinâmica dialógica, sem qualquer intenção de mascarar o teor das falas. Dessa maneira, procura-se evitar recorrer aos eufemismos ou a quaisquer outros expedientes discursivos que possam de alguma forma deturpar a integridade daquilo que foi enunciado pelos sujeitos que participam ativamente de determinada circunstância dialógica (Laércio, 2008).

De modo evidente, a *parrésia* está intimamente ligada ao segundo aspecto da *chria* cínica. Isto é, ao falar de maneira aberta, franca e verdadeira, o sujeito não se submete e esta “não-submissão” é o que caracteriza a *autárkeia*: expressão de origem grega que significa “comandar a si mesmo”. Nessa ordem de raciocínio, esse termo remete à ideia de autonomia, não como liberdade, mas o oposto de heteronomia. No contexto dialético, representa a firme disposição para proferir enunciados, perguntas e pontos de vista de modo livre, patente e, portanto, sem se render a certos temores ou possíveis repreensões (Laércio, 2008).

Noutras palavras, por meio do exercício da *autárkeia* cínica, na medida em que se expressa sem a necessidade de se sujeitar, o indivíduo também se sente livre para não recorrer a qualquer tipo de dissimulação discursiva ou de subterfúgio dialógico, conseguindo se expressar de maneira autêntica; isto é, fidedigna e legítima. Nesse viés, de acordo com Laércio (2008), a autenticidade pode ser compreendida como a certeza de que determinada perspectiva não foi alvo de mutações e adulterações no transcorrer do processo, pois provém de fontes anunciadas ou, pelo menos, procura nelas se sustentar.

Com sentido diretamente associado à *autárkeia*, o terceiro conceito essencial da *chria* cínica está atrelado à noção de *typhos* que, em grego, significa “fumaça”. Em linhas gerais, tal recurso mantém uma relação direta com o propósito de se expressar

sempre priorizando aquilo que convém ser dito ou, sobretudo, aquilo que é necessário dizer; isto é, de maneira *atyphos* ou “livre de fumaças”. Segundo Laércio (2008), essa premissa discursivo-dialógica do Cinismo deriva de um dos princípios mais relevantes do estilo de vida dos filósofos cínicos: abdicar de tudo aquilo que é desnecessário e, portanto, entendido como supérfluo, com o intuito de priorizar um padrão existencial pautado somente nas necessidades.

Para os pensadores cínicos, o humano tende a se cegar por diferentes *typhos* e, por isso, não consegue realizar escolhas sensatas para dispor de uma vida serena e equilibrada nem para constituir os seus discursos. Assim, por analogia, na dialética e retórica cínicas, busca-se priorizar o *atyphos*; ou seja, diálogos e discursos livres de obscurantismos do que é dispensável ou desejável, preservando sua lucidez por não serem concebidos de modo obliterado por premissas desnecessárias. Nessa direção, vale esclarecer que as premissas necessárias são aquelas aludem ao que é entendido como indispensável ao discurso e ao diálogo. Por outro lado, enquanto as premissas desnecessárias remetem ao supérfluo, as premissas desejáveis correspondem a tudo aquilo que, mesmo sendo dispensável, ainda assim, representa o que o sujeito intenta expressar (Laércio, 2008).

Em suma, por meio da dialética e retórica cínicas, o sujeito consegue dialogar e elaborar seus discursos de forma franca (*parrésia*), sem se submeter (*autárkeia*) e sem se deixar seduzir pelo que é supérfluo (*atyphos*), na medida em que treina a si mesmo em tais habilidades. Por isso, a quarta característica da *chria* cínica consiste justamente na *áskesis*; ou seja, em um exercício contínuo e expresso do Cinismo. Conforme defende Laércio (2008), do mesmo modo que o/a atleta aprimora seu corpo (físico) a partir do exercício corporal diário, o filósofo cínico também precisa aprimorar seu espírito (mente) a partir do exercício espiritual (mental) cotidiano.

Assim, tendo em conta a comunhão dos conceitos de *parrésia*, de *autárkeia* e de *atyphos*, compete atestar que “a *áskesis* cínica é, ao mesmo tempo, um grito de autêntica franqueza e uma desavergonhada coragem de ser quem se é” (Pinheiro, 2011, p. 251). Por fim, torna-se necessário assegurar que os mediadores discursivo-dialógicos próprios do Cinismo não devem ser inseridos em um contexto comunicativo de forma improvisada e descontextualizada, mas como um recurso inerente à própria dinâmica dialógico-discursiva, o que demanda uma atenção sistemática e rigorosa a

todos os critérios e objetivos que devem orientar tanto a estilização e o direcionamento dos diálogos quanto a concepção e a utilização dos discursos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Fiorini (2013), dentre as intervenções verbais, como recurso essencial no decorrer de todo o processo psicoterapêutico, a mediação indagativa consiste em consultar, continuamente, o/a cliente, sondando possíveis limitações e distorções em sua consciência. Para tanto, faz-se necessário empregar um estilo interrogativo e uma atitude investigadora e reveladora de um/a psicoterapeuta não-onipotente que, no ato de questionar o/a cliente, recorre aos dados por ele/ela fornecidos, instituindo vínculo. Dito isto, compete enaltecer que, na dialética cínica, a *chria* verbal também preconiza o ato de inquirir sempre a partir de conteúdos levantados pelo outro sujeito do diálogo, vinculando-se a ele.

Ainda de acordo com Fiorini (2013), nas psicoterapias, o/a terapeuta, além de investigador/a, também atua como uma espécie de tutor/a com funções pedagógicas. Assim, as intervenções informativas se destacam ao se debruçarem sobre possíveis déficits de informação do/a cliente e que podem implicar em uma obscuridade de suas percepções e perspectivas. Noutra viés, estão as intervenções de confirmação ou de retificação que permitem tanto relevar possíveis equívocos e restrições quanto incitar uma maior confiança dos sujeitos em seus próprios recursos. Ademais, no tocante às ações interventivas de clarificação ou de reformulação, procura-se identificar, expor e desenredar relatos emaranhados, de modo a relevar aspectos significativos a serem esclarecidos mediante a sua reorganização.

Nestes casos, não se pode desprezar o valor do uso das estratégias discursivo-dialógicas cínicas. Filosoficamente, tal utilização se ampara na ideia de que “as coisas não inquietam os homens, mas as opiniões sobre as coisas” (Epicteto *apud* Arriano, 2012, p. 17). Noutras palavras, pode-se afirmar que o ser humano não se perturba por conta dos acontecimentos, mas em razão das perspectivas ou opiniões elaboradas acerca desses eventos. Evidencia-se, portanto, a necessidade tanto da apologia às elaborações assertivas quanto de exames denunciativos em torno dos pontos de vista possivelmente equivocados.

Essa constatação legitima um emprego psicoterapêutico da dialética instituída pelo Cinismo que, como escola socrática, se dedica a contestar a opinião evasiva ou sem sustentação, como forma de denunciar determinados enganos opinativos e, por conseguinte, exaltar o valor do conhecimento. Tais estratégias coadunam com o que defende a Escola Cínica; sobretudo, por estar inserida no bojo das escolas socráticas, representando e enaltecendo os seus princípios mais substanciais; especialmente, no que tange às nuances pedagógicas e terapêuticas que configuram o desenvolvimento de todo o pensamento socrático.

A denúncia dos enganos da opinião que se apoia no ouvir dizer sem reflexão é comum a todo o Socratismo. Tal denúncia é acompanhada pela afirmação do caráter terapêutico da crítica à opinião, que se traduz pela eliminação dos sofrimentos e dos medos que têm sua origem na ignorância (Arriano, 2012, p. 40).

Acerca das intervenções destinadas a recapitular ou a resumir, Fiorini (2013) alerta que esses recursos interventivos incitam o desenvolvimento das habilidades de síntese, como estratégias substanciais no processo terapêutico para prover recortes, resgates e fechamentos provisórios, haja vista que, sem alicerçar-se em retomadas e sínteses contínuas, o processo do pensar tende a não progredir. Nesse entendimento, Sloterdijk (2012) assevera que a dialética cínica opera justamente em um movimento contínuo e progressivo de sintetização e recapitulação das perspectivas expostas em certo contexto, atuando como recursos imprescindíveis à dinâmica dialógica.

No caso das intervenções para assinalar relações, Fiorini (2013) destaca que, além de serem comumente empregadas na psicoterapia, visam estimular no/a cliente novas formas de perceber e apreender as próprias experiências. Para tanto, procura-se recortar os elos de uma sequência, decompondo-a e alertando sobre componentes significativos dessas vivências, com o objetivo de assinalar relações peculiares. Esses assinalamentos convidam a um acordo sobre os dados a serem interpretados pelo/a próprio/a cliente, que dispõe da oportunidade de modificá-los. Nesse bojo, ressalta-se que a *chria* cínica também se destina a sinalizar relações lógicas ou equivocadas para, depois, fomentar sua interpretação, incitando o sujeito interlocutor a interpretar-se e a exercitar sua capacidade de autocompreensão.

Particularmente em torno do processo de interpretação de significados, Fiorini (2013) enfatiza as intervenções interpretativas como mecanismo primordial que atua

na promoção de mudanças, pois introduz uma racionalidade possível onde, até então, havia apenas dados soltos, desconexos, ilógicos ou contraditórios. Para tanto, suscita uma passagem do estágio dos fatos para o das significações, fomentando um manejo singular desse processo. Nessa direção, cabe ressaltar que a *chria* cínica, através da *parrésia*, *autárkeia* e *atyphos*, visa instigar o indivíduo a desvelar os motivos das suas perspectivas, estimulando-o a identificar padrões de manutenção ou de transformação dessas motivações perceptivas.

Conforme Fiorini (2013), as intervenções sugestivas de atitudes propõem ao/a cliente comportamentos alternativos e experiências originais, não apenas para incitar ações em direções diferentes, mas proporcionar *insights* a partir de novos ângulos. Por outro turno, as intervenções diretivas indicam atitudes-chave a serem evitadas ou ensaiadas tanto no processo psicoterapêutico quanto fora desse contexto. Nas ações interventivas que visam orientar tarefas, contemplam-se especificações operacionais da psicoterapia: local, frequência, duração e honorários, bem como a posição e função inerente a cada participante. Nas meta-intervenções, deve-se elucidar os sentidos e os propósitos de determinada intervenção. Nesses quatro tipos interventivos, observa-se a pertinência do emprego da *chria* cínica verbal de caráter propositivo.

Por fim, incube ressaltar que Fiorini (2013) também faz menção às intervenções não-verbais (expressividade do corpo) e às intervenções paraverbais (conformações da fala). Nestas modalidades interventivas, nota-se uma inegável conexão com a *chria* cínica de caráter pantomímico (corporal) e híbrido (verbo-corporal), conforme definido, respectivamente, por Sloterdijk (2012) e por Laércio (2008). Em suma, observa-se que tanto na atividade interventiva não-verbal e paraverbal quanto na *chria* pantomímica e híbrida, os critérios e objetivos que orientam a postura, o gestual, o olhar, a mímica, as entonações, o ritmo respiratório e os estilos discursivos cumprem um mesmo papel: instigar o exercício crítico-reflexivo a respeito de ideias, convicções, comportamentos e outras experiências existenciais dos indivíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que, ao delinear uma discussão a respeito do potencial de uso dos mediadores discursivo-dialógicos cínicos na psicoterapia, o presente artigo conseguiu explorar e apreender a pertinência desses recursos no campo da clínica psicológica.

Entende-se, ainda, que o estudo a respeito da possível introdução dessas ferramentas nas práticas psicoterapêuticas contribui para a ampliação do debate acerca dos meios discursivos e dialógicos voltados às mais distintas formas de intervenção terapêutica na Psicologia, tanto como forma de incitar uma atmosfera promotora de compreensão mútua quanto como uma estratégia voltada ao necessário fomento de relações mais empáticas e profícuas entre clientes e terapeutas.

Além disso, infere-se que as ponderações aqui apresentadas cooperam para se compreender os recursos discursivo-dialógicos como mecanismos táticos que, por sua natureza interacional, se destinam à constituição de ambientes colaborativos e viabilizadores dos principais objetivos psicoterapêuticos. Nessa perspectiva, dentre os resultados alcançados por esse estudo, incube ratificar o fomento às discussões sobre a ampliação de tais ferramentas que são utilizadas por psicoterapeutas para promover maior aderência às terapias, bem como para municiar o/a cliente dos meios próprios e necessários à contemplação de suas queixas e demandas.

Nesses termos, ao se propor a discutir e apreender o potencial dos mediadores clínicos na psicoterapia, constata-se que esse artigo também contempla a expectativa de poder fornecer subsídios ao desenvolvimento de estudos pontuais em torno das atividades clínicas de viés psicológico, haja vista que o emprego da linguagem figura como elemento constitutivo da dinâmica psicoterapêutica e, portanto, imprescindível à sua efetividade. Desse modo, avalia-se que o presente texto revela atributos aptos a propiciar *insights* cientificamente amparados, o que o habilita como subsídio capaz de corroborar com as mais variadas abordagens terapêuticas em vigência no contexto da clínica psicológica.

Em suma, tendo em vista a natureza bibliográfica desse estudo, vale ratificar que os resultados delineados nessa produção acadêmica se encontram circunscritos ao âmbito das elucubrações teórico-práticas. Por conta disso, compreende-se que as perspectivas apresentadas nesse artigo podem e devem ser ampliadas, a partir do necessário investimento em investigações científicas pautadas em outros arcabouços e direcionamentos metodológicos. Afinal, apenas por meio de uma pesquisa teórico-experimental, pode-se ultrapassar os limites da reflexão em torno das potencialidades psicoterapêuticas da dialética e retórica clínicas, para se aventar a efetiva proposição de uma “Psicoterapia Clínica”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRIANO, Flávio. **O manual de Epicteto**. Tradução Aldo Dinucci e Alfredo Julien. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. Tradução de P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CARNEIRO, Gabriel Barroso Vertulli. **Dialética cínica: ou, como escrever uma história do cinismo?** Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021.

LAÉRCIO, Diógenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. 2ª ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2008.

FIORINI, Hector Juan. **Teoria e técnica de psicoterapias**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FLORES-JÚNIOR, Olimar. **As artes do discurso e o “naturalismo” cínico: tema e variações de uma anedota filosófica**. Kléos n. 19, p. 17-48, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULET-CAZÉ, Marie-Odile; BRANHAM, Bracht R. (orgs.). **Os cínicos: o movimento cínico na antiguidade e o seu legado**. São Paulo: Loyola, 2007.

JØRGENSEN, Charlotte. **Retórica, dialética e lógica: a inútil busca por uma distinção essencial**. Revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação, n. 21, v. 1, abr. 2021, p. 124-138.

MEDEIROS, Clarissa. Brincar, sonhar, ser: reflexões sobre intervenções não-interpretativas em diferentes contextos clínicos. In: AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; AMBROSIO, F. F. **Ser e fazer: trajetos do sofrimento: rupturas e (re)criações de sentido**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003. p. 138-150.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

PINHEIRO, Marcus Reis. Ascese cínica e a oposição nómos e phýsis. In: **O que nos faz pensar** (PUC-RJ), v. 30, dez. 2011, p. 239-252.

REY, F. L. González; MARTÍNEZ, A. Mitjás. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2013.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. Tradução de Marco Casanova, Paulo Soethe, Mauricio Mendonça Cardozo, Pedro Costa Rego e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.